

O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil

RESUMO

Tem por finalidade compreender o termo modernização conservadora e como este foi utilizado pelos analistas brasileiros. Utiliza os recursos técnicos da pesquisa bibliográfica e o método analítico descritivo. Os resultados encontrados demonstram, em linhas gerais, que o termo modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Junior para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes. Os pensadores nacionais, utilizam o termo modernização conservadora sem as devidas mediações históricas e críticas, mas tiveram uma importância primordial, pois mostraram que houve a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional. Entretanto, estes autores chamam a atenção para o fato de que a estrutura fundiária, ao longo dos séculos, manteve-se concentrada, mormente nas grandes unidades de exploração agropecuária.

PALAVRAS-CHAVE:

Modernização Conservadora. Estrutura Fundiária. Desenvolvimento Rural.

Murilo José de Souza Pires

- Doutor pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Distrito Federal.

Pedro Ramos

- Doutor e Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

1 – INTRODUÇÃO

O objetivo geral desta investigação é compreender o termo modernização conservadora e como este foi utilizado pelos analistas brasileiros. Deste modo, a raiz do fenômeno proposto para investigação é uma manifestação sociopolítica com implicações econômicas, uma vez que expressa o pacto político conservador tecido entre a burguesia nascente e os oligarcas terratenentes, fenômeno político que aconteceu originalmente na Alemanha e Japão para edificarem uma sociedade capitalista, mas totalitária e autocrática.

Logo, a via de desenvolvimento capitalista determinada pelo processo de modernização conservadora difere daquelas vias objetivadas na Inglaterra, França e Estados Unidos da América, tendo em vista que as revoluções burguesas que se cristalizaram nestes últimos Estados nacionais determinaram violentas rupturas com o Ancien Regime, constituindo, assim, uma base econômica e social independente que desembocou em sociedades capitalistas e democráticas.

Já no caso brasileiro, este pacto político entre a burguesia nascente e os terratenentes condicionou a formação de uma burguesia dependente, que não conseguiu apresentar um projeto de poder autônomo e hegemônico para a nação, conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente da dinâmica dos países centrais: subdesenvolvida em termos estruturais e autocrática.

Entretanto, isto não implicou uma ausência absoluta de uma revolução burguesa no país, uma vez que “[...] se admitir que a ‘revolução burguesa’ significa um certo estado de tensão, pelo qual a economia capitalista se diferencia e se reintegra, então todo sistema econômico capitalista comporta uma ‘revolução burguesa’.” (FERNANDES, 2008, p. 87).

Neste sentido, este pacto político construído instintivamente no Estado foi o responsável por criar obstáculos ao acesso democrático à terra por parte das classes sociais inferiores, concentrando-se, assim, ao longo da formação e da evolução econômica brasileira, nas mãos de médios e grandes proprietários rurais.

A presente investigação foi estruturada em três partes objetivando compreender o significado do termo modernização conservadora e como este foi utilizado pelos analistas brasileiros e também verificar como está configurada a estrutura fundiária nacional. Esta discussão justificou-se porque os analistas nacionais utilizaram o conceito de Moore Junior (1975) para referenciar o que aconteceu no Brasil entre 1965 e 1985 quanto às mudanças nas atividades agropecuárias, que aconteceram sem transformações na estrutura fundiária.

Para a realização destes objetivos foi efetuada uma pesquisa bibliográfica. Logo, os textos utilizados na revisão bibliográfica foram: Alberto Passos Guimarães (1977); Azevêdo (1982); Moore Junior (1975); Caio Prado Júnior (1992); Florestan Fernandes (1987, 1991); Rangel (2000, 2005); Lênin (1982, 2002); Martine e Garcia (1987); Polantzias (1986); Bendix (1996); Sorj (1980) e outros.

2 – ORIGENS DO TERMO “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”

O termo modernização conservadora foi cunhado primeiramente por Moore Junior (1975) para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

Deste modo, as revoluções burguesas na Alemanha e no Japão não seguiram a versão clássica, como no caso da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, pois foram revoluções burguesas parciais, visto que não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime. Assim, o pacto político orquestrado no interior do Estado nacional alemão e japonês aprofundou os laços políticos entre os terratenentes e a burguesia, excluindo os proletariados e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania.

Neste sentido, Bendix (1996, p. 37) afirmou que as “[...] sociedades ocidentais progrediram firmemente para uma condição na qual os direitos de cidadania são universais. Onde os direitos ainda são negados, o conflito é evidente e muitas vezes violento.”

Para Bendix (1996), os principais direitos à cidadania são: direitos civis, como liberdade pessoal, de palavra, de associação, de reunião, de pensamento, de fé, de propriedade, de acesso à justiça, de realizar contratos etc., como também direitos políticos, como de votar e ser votado, direito ao voto secreto e direito ao acesso a cargo público. Por fim, os direitos sociais, que vão ao direito de bem-estar econômico, como, por exemplo, educação, direito a segurança, direito de participar na herança social e de viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões da sociedade civilizada.

Por sua vez, Moore Junior (1975, p. 13) salientou que existiram “[...] três caminhos históricos principais, desde o mundo pré-industrial ao contemporâneo.” O primeiro caminho levou à construção de sociedades capitalistas e democráticas na Inglaterra, França e Estados Unidos. Já “O segundo caminho também era capitalista, mas na ausência de um forte surto revolucionário, passou através de formas políticas reacionárias até culminar com o fascismo.” (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14). E, por fim, o terceiro caminho foi o comunismo, que se desenvolveu na Rússia e na China.

No caso das sociedades capitalistas e democráticas houve o desenvolvimento de um “[...] grupo na sociedade com uma base econômica independente, o qual ataca os obstáculos a uma versão democrática do capitalismo herdado do passado.” (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14). Neste sentido, as revoluções burguesas que aconteceram nestes países se manifestaram como alterações violentas que determinaram uma ruptura com a estrutura política e econômica do antigo regime, retirando, assim, os proprietários rurais do centro do poder político, dado que esses eram os principais responsáveis pelas decisões políticas no período da sociedade pré-industrial.

No caso dos países que se lançaram no segundo caminho de construção de uma sociedade capitalista, como foi o caso da Alemanha e do Japão, o estímulo

revolucionário não foi o mesmo da revolução burguesa Inglesa, Francesa e Americana, visto que “[...] o impulso burguês era muito mais fraco. Se chegou a tomar forma revolucionária, a revolução foi derrotada.” (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14).

Neste sentido, estas revoluções foram a “[...] alternativa mais importante da modernização conservadora, através de uma revolução vinda de cima.” (MOORE JUNIOR, 1975, p. 503), dado que as elites pré-industriais não foram varridas plenamente do centro de decisão política do Estado nacional.

O que aconteceu na Alemanha e no Japão foi uma nova rearticulação dos terratenentes com a burguesia para instituir um novo contrato político e econômico, em que

[...] algumas seções de uma classe comercial e industrial relativamente fraca apoiaram-se em elementos dissidentes das classes antigas e dominantes, principalmente recrutados do campo, para levarem a cabo as alterações políticas e econômicas necessárias para a sociedade industrial moderna [...]. (MOORE JUNIOR, 1975, p. 14).

Poulantzas (1986), ao analisar o caso da Alemanha durante sua passagem de uma economia feudal para uma economia industrial, corroborou essas ideias desenvolvidas por Moore Junior (1975) sobre as revoluções vindas de cima. (POULANTZAS, 1986). Para Poulantzas (1986, p. 176), o caso alemão foi

[...] uma importante viragem no processo de transformação das relações de produção, e não mudaram em nada a superestrutura do Estado e os detentores do poder político. A nobreza fundiária continua ainda a deter o poder político e o Estado prussiano [...] É de fato esse Estado, sob Bismarck, que levará a burguesia a alcançar a dominação política, o que Marx e Engels caracterizaram precisamente como a revolução ‘a partir de cima’.

Logo, os proprietários da terra não perderam sua fonte de poder e continuaram conduzindo de forma compartilhada com a burguesia nascente os destinos do Estado Nacional graças à “ausência de capacidade política, pela sua constituição de classe, da burguesia conduzir o bom termo, numa ação aberta, a sua própria revolução.” (POLANTZAS, 1986, p. 178).

Por tudo isto, as revoluções vindas de cima determinaram padrões de desenvolvimento capitalista

diferenciados, posto que o processo de modernização da Alemanha e do Japão não teve forças suficientes para destruir os elementos tradicionais provenientes da antiga sociedade pré-industrial.¹ Neste sentido, Bendix (1996) afirma que, conforme Joseph Schumpeter, todo desenvolvimento é parcial, uma vez que

As estruturas sociais, os tipos e as atitudes são moedas que não fundem prontamente. Uma vez formados, eles persistem, possivelmente durante séculos, e uma vez que estruturas e tipos diferentes oferecem diferentes graus de habilidade para sobreviver, nós quase sempre achamos que o grupo atual e o comportamento nacional mais ou menos se desviam daquilo que devemos esperar que sejam se tentamos inferi-los das formas dominantes do processo produtivo. (BENDIX, 1996, p. 43).

Para tanto, Bendix (1996, p. 39) define o desenvolvimento social e político ou a modernização como “[...] mudanças sociais e políticas que acompanharam a industrialização em muitos países da civilização ocidental.” Desta feita, o eixo dessa modernização é a industrialização, definida como “[...] as mudanças econômicas produzidas por uma tecnologia baseada em fontes de autoridade inanimadas, bem como o desenvolvimento contínuo da pesquisa científica aplicada.” (BENDIX, 1996, p. 39). Portanto, o desenvolvimento decorre de mudanças que acontecem na esfera econômica, política e social, nas quais os grupos dirigentes tiveram um papel predominante:

Uma vez que a iniciativa política é importante nos países que são ‘retardatários industriais’, é apropriado dar especial atenção aos grupos sociais que eram politicamente proeminentes na estrutura social tradicional. Quer esses grupos tenham ou não tido um papel condutor na modernização do país, é claro que sua influência social é penetrante. Se quisermos compreender tipos de ‘desenvolvimento parcial’, devemos dar atenção especial à ‘linha base’ de tradição em relação à qual essas mudanças devem ser aferidas. Para isto, um conhecimento dos grupos dirigentes tradicionais é indispensável [...]. (BENDIX, 1996, p. 215).

¹ Para tanto, Bendix (1996, p. 42) afirma que “[...] a ‘sociedade industrial não é o simples conceito que algumas vezes se supõe que seja; a industrialização das sociedades economicamente atrasadas é uma questão aberta, é a ideia de que tradição e modernidade como mutuamente excludente é falsa. A experiência mais genérica é de que as sociedades industriais modernas mantêm suas várias tradições divergentes. É, portanto, apropriado considerar o fenômeno do desenvolvimento parcial”.

Nesta perspectiva de desenvolvimento parcial, as mudanças sociais determinadas pela industrialização foram condicionadas pela forma em que foram tecidas as relações políticas no seio do Estado nacional, visto que os interesses entre o moderno e o tradicional permaneceram arraigados, com maior ou menor intensidade, no centro de decisão política do Estado.

Por sua vez, Moore Junior (1975, p. 495) destacou alguns indicadores para compreender a estrutura social, econômica e política daquelas sociedades que seguiram o caminho do capitalismo democrático.

1. Desenvolvimento de um equilíbrio para evitar uma coroa demasiado forte e uma aristocracia proprietária demasiado independente;
2. O movimento no sentido de uma forma adequada de agricultura comercial;
3. O enfraquecimento da aristocracia proprietária;
4. O impedimento da coligação aristocrático-burguesa contra os camponeses e os operários;
5. Uma ruptura revolucionária com o passado.

Dentre esses cinco determinantes para a construção de uma sociedade democrática e capitalista, observa-se que, em termos de classes sociais, os terratenentes deveriam apresentar reduzida força na passagem da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial e moderna, haja vista que, quanto maior seu poder político e econômico, menor era a força da burguesia para construir uma sociedade democrática e capitalista.

Portanto, a Modernização Conservadora, e as Revoluções Vindas de Cima, tiveram como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados.

Em linhas gerais, Moore Junior (1975);

Poulantzas (1986) e Bendix (1996) apresentaram em seus trabalhos uma característica comum para a interpretação das revoluções vindas de cima. Para esses autores, as revoluções burguesas que aconteceram no Japão e na Alemanha varreram da estrutura do poder político as classes dos camponeses e dos trabalhadores para institucionalizarem o pacto político entre os terratenentes e a burguesia industrial. O processo de modernização conservadora conduziu, então, estes países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora, fato que as conduziu ao nazi-fascismo.

Em relação à força dos proprietários rurais, esta se manteve forte, criando, assim, um processo de modernização impulsionando o avanço destas economias no capitalismo industrial, entretanto aferradas em uma sociedade política marcada profundamente pelos interesses dos grandes proprietários rurais, os quais criaram obstáculos ao acesso democrático das demais classes sociais ao mercado de terras.

No caso específico da transformação capitalista da agropecuária, os trabalhos de Lênin (1982) apontaram como o pacto político tecido no interior do Estado nacional na passagem de uma economia pré-industrial para uma economia industrial determinou, predominantemente, duas vias de desenvolvimento capitalista na agricultura condicionadas pela configuração da estrutura fundiária desses países.

Neste sentido, Lênin (2002) destacou, ao analisar o Programa Agrário da Social Democracia da Primeira Revolução Russa de 1905 – 1907, que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia poderia seguir duas vias que “[...] chamaríamos de caminho tipicamente prussiano e caminho do tipo norte-americano.” (LÊNIN, 2002, p. 29).

No caso do desenvolvimento capitalista na agricultura, o autor destaca que, na primeira via, a “[...] exploração feudal do latifúndio transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker [...]. No segundo caso, ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais.” (LÊNIN, 2002, p. 29).

Em seu estudo sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia, Lênin (1982) deixou mais claro estas vias de desenvolvimento capitalista da agricultura quando mostrou que, na via prussiana, “[...] conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga ‘superestrutura’, nessa hipótese, o papel dirigente caberá à burguesia e ao latifundiário liberal-monárquicos [...]” (LÊNIN, 1982, p. 10).

Já no caso do caminho norte-americano,

[...] a grande propriedade fundiária e todos os pilares da antiga ‘superestrutura’ que lhe correspondem são destruídos; o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa [...] assegurando o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista [...]. (GUIMARÃES, 1977, p. 11).

Por tudo isto, Rangel (2000) destaca que a via prussiana foi marcada pela transformação capitalista da grande propriedade rural sem que haja uma fragmentação da estrutura fundiária. Deste modo, o camponês que não conseguiu adotar um padrão tipicamente capitalista com o uso de tecnologias e de técnicas modernas, foi desapropriado e lançado, pela concorrência intercapital, para fora de sua unidade de exploração agrícola, não mais como proprietário dos meios de produção, mas como proprietário da força de trabalho, constituindo, assim, relações de trabalho tipicamente capitalistas.

Já no caso da via norte-americana, a transformação capitalista determinou uma fragmentação da estrutura fundiária, em que as propriedades rurais nascidas deste padrão tipicamente capitalista estavam arraigadas em pequenas unidades de exploração agrícola que mantiveram relações de trabalho predominantemente familiares. Neste sentido, o avanço do capitalismo no campo aconteceu sobre uma agricultura capitalista familiar.

Por sua vez, o próximo item desta investigação tem por objetivo entender como o termo modernização conservadora foi adotado pelos pensadores econômicos e sociais nacionais. Não obstante, é importante destacar que este termo foi cunhado para refletir as bases objetivas históricas, sociais e estruturais específicas das economias da Alemanha e do Japão que, desde a II Guerra Mundial, são considerados países desenvolvidos.

Desta maneira, há de se fazerem as mediações históricas e teóricas necessárias para compreender as especificidades dos países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil, uma vez que a formação econômica e social nacional é diferente daquela encontrada nos países da Europa Ocidental, Japão e Alemanha. Isto se deu porque o progresso técnico penetrou a estrutura econômica brasileira de forma diferenciada, constituindo, assim, uma sociedade crivada pela existência, no mesmo espaço e tempo, de uma economia moderna e uma economia arcaica.

Deste modo, Furtado (1965, p. 184) destacou que “[...] o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas.”

Destarte, as estruturas econômicas e sociais dos países desenvolvidos apresentam menor grau de heterogeneidade, quando comparadas às dos países subdesenvolvidos, dado que as elites dominantes dos países centrais construíram um projeto de nação que incorporou ao sistema econômico capitalista os estratos inferiores da estrutura social. No caso do Brasil, a elite dominante criou empecilhos ao acesso à cidadania e à democracia, visto que as classes inferiores foram e continuam sendo alijadas das vantagens proporcionadas pela modernização.²

3 – O USO DO TERMO MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA PELOS ANALISTAS BRASILEIROS

Entre os pensadores nacionais, o trabalho inaugural que apresentou o conceito de modernização conservadora é de autoria de Alberto Passos Guimarães. Para Guimarães (1977, p. 3),

[...] a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.

² Não é objetivo desta discussão aprofundar este debate, uma vez que se trata de uma temática sociológica e foge ao escopo principal desta investigação demandando, assim, outros trabalhos de pesquisa.

Portanto, a argumentação de Alberto Passos Guimarães é construída levando-se em consideração apenas o elemento econômico do processo de modernização conservadora, uma vez que o autor caracteriza o processo como a penetração do progresso técnico na unidade de exploração agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação na estrutura fundiária nacional.

Deste modo, Guimarães (1977), ao transpor para a realidade nacional o termo cunhado por Barrington Moore Junior, não teve o cuidado de realizar as devidas mediações históricas e teóricas necessárias à compreensão das especificidades do caso brasileiro, diferente daquele encontrado no modelo de desenvolvimento capitalista da Alemanha e do Japão. Assim, seu foco central de análise reduziu-se à vertente econômica, dado que analisou somente como o progresso técnico penetrou nas grandes unidades de exploração agrícola.

Por tudo isto, Graziano da Silva (2000 apud RANGEL, 2000); não refletiu sobre o pacto político conservador urdido entre a burguesia nacional e os terratenentes no interior do Estado que determinou o rumo e o ritmo do desenvolvimento capitalista da sociedade nacional. Neste sentido, este teórico não conseguiu perceber que o pacto tecido pela elite dominante criou fortes obstáculos para o acesso democrático das demais classes sociais aos mercados de terras, de capital, de trabalho e à democracia e à cidadania.

Para equacionar a lacuna deixada por Guimarães (1977), o trabalho sociológico desenvolvido por Azevêdo (1982) preocupou-se com o aspecto histórico e político do processo de modernização conservadora. Para Azevêdo (1982, p. 24),

[...] dependendo das circunstâncias históricas e nacionais, a burguesia pode desempenhar um papel reacionário ou revolucionário, aliar-se às velhas classes dominantes e promover uma modernização conservadora, através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo transformações pelo alto.

Dessa maneira, este autor remete a questão da modernização conservadora para a esfera política, indicando que é no interior do Estado que são

tecidos os compromissos entre a nova e a velha elite dominante, a fim de se manterem no poder e, com isto, criam-se empecilhos de acesso das classes sociais ao centro de decisão do Estado.

Neste sentido, Azevêdo (1982) aponta que a relação política e econômica entre os terratenentes (representantes da velha elite dominante) e a burguesia nacional (nascida da revolução burguesa) não determinou uma metamorfose profunda nas relações de poder político do Estado nacional porque “[...] não implicam um antagonismo entre a nova e a velha classe social dominante, até mesmo porque esta última, mantendo o monopólio da terra, cobrará parte da mais-valia apropriada pelo capital investido no campo, a título de renda fundiária.” (AZEVEDO, 1982, p. 26).

Assim, as elites dominantes permaneceram arraigadas na estrutura do poder político nacional, determinando os caminhos do desenvolvimento capitalista nacional, que, em sua vertente agrária, se objetivou

[...] na manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarianização irremediável. (AZEVEDO, 1982, p. 28).

Entretanto, o trabalho de Azevêdo (1982) não detalhou a discussão dos impactos determinados pelo processo de modernização conservadora na questão demográfica, dado que a transformação capitalista da unidade de exploração agrícola não aconteceu de forma homogênea entre os produtores rurais, causando, assim, uma forte expulsão do homem do campo para os principais centros urbanos nacionais.

Para aprofundar neste debate, o trabalho sociológico de Martine e Garcia (1987) centrou-se no debate que mostrou como o processo de modernização conservadora foi um dos principais vetores para a expansão e a aceleração do êxodo rural na economia brasileira. Para os autores, o

[...] modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores. (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 61).

Por sua vez, entre os pensadores econômicos nacionais, outro estudo que merece consideração especial é o de Ignácio Rangel, que, mesmo não utilizando explicitamente o termo modernização conservadora, uma vez que o seu referencial era a obra de Lênin (2002), destacou que

[...] uma classe tão pouco fora caracterizada e consciente de si mesma nunca poderia ter conduzido a sociedade brasileira pelos tortuosos caminhos da industrialização, não fora a sua aliança, embora na condição de sócio menor, com outra classe social, muito mais amadurecida e segura de si, muito mais politicamente organizada, como era o latifúndio brasileiro da época. (RANGEL, 2005b, p. 84).

Ao discutir a viabilidade política e social de uma revolução burguesa no Brasil, o autor enfatiza:

Ora, não há no interior da sociedade brasileira coisa alguma que faça prever tal revolução, de resto sem precedentes em nossa história, cuja evolução se opera pelo processo de mudanças de atitude do grupo dirigente da sociedade, sem ruptura formal de identidade do grupo dirigente. (RANGEL, 2005b, p. 61).

Logo, a argumentação de Ignácio Rangel fundamenta-se na ideia de que as relações políticas conservadoras tecidas entre a burguesia nacional e os terratenentes foram fortes a ponto de criarem dificuldades para quaisquer tentativas democráticas de acesso ao poder político por parte das demais classes sociais.

Deste modo, a visão de Ignácio Rangel é corroborada pelas argumentações de Moore Junior (1975), quando este destacou que o impulso revolucionário das burguesias alemãs e japonesas não foi suficientemente forte para deslocar do centro do poder político do Estado as classes dos terratenentes ou, então, as observações de Polantz (1986) sobre a ausência de capacidade política da burguesia nacional de fazer sua própria revolução.

Para reforçar esta argumentação, Draibe (1985, p. 43) explicou que a autonomia do Estado

[...] não era nem plena nem absoluta: enraizava-se numa multiplicidade de forças políticas heterogêneas, mas que tinham um sentido social e expressavam relações definidas na luta política. Assim, se a heterogeneidade e a incapacidade hegemônica das classes sociais fundaram a autonomia do Estado, as correlações instáveis de força definidas

no campo da luta política demarcaram não apenas os limites em que se exercia esta ação autônoma como o sentido que ela haveria de ter.

Por tudo isto, Fernandes (1991) explica que a obliquidade da burguesia nacional se constituiu porque a revolução burguesa no Brasil, nos anos 30 do século XX, conduziu o país pelos caminhos de um capitalismo dependente cujos traços centrais estruturaram-se em uma dominação burguesa que apresenta

[...] dois pólos: um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades 'patrióticas' e 'democráticas' ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela forma de articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada 'comunidade internacional de negócios'. (FERNANDES, 1991, p. 144).

Então, a modernização econômica do Brasil foi condicionada pelos interesses da burguesia nacional, internacional e os terratenentes que acabaram determinando um padrão de capitalismo dependente, que amarrou ainda mais os interesses conservadores à lógica da "[...] permissividade com os movimentos especulativos, a obliquidade patrimonialista [...]" (LESSA; DAIN, 1998, p. 260).

Logo, a modernização da grande exploração agrícola foi retratada como "[...] a implementação da via prussiana no Brasil [a qual] foi por diversos autores denominada de 'modernização conservadora' da agropecuária brasileira." (RAMOS, 2007, p. 35). De acordo com Ramos (2007), o padrão agrícola nacional seguiu os caminhos da modernização da grande propriedade agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação da estrutura fundiária nacional.³

Mesmo que o padrão agrícola nacional tenha percorrido os caminhos da via prussiana, ainda assim é importante destacar que existiram formações

de setores "[...] de pequenos e médios produtores altamente capitalizados" (SORJ, 1980, p. 145), que contribuíram para a constituição de uma agricultura familiar capitalista. Para Sorj (1980), o processo de modernização da agricultura nacional constituiu três setores característicos:

- a) Um setor de empresas fundadas nas relações de produção capitalistas e tecnologia moderna;
- b) Um setor de empresas familiares altamente capitalizadas, fundadas no trabalho familiar com pouca ou nenhuma utilização de trabalho assalariado;
- c) Um setor de produção tradicional, baseado na pequena propriedade familiar ou arrendamento e parcerias tradicionais e na exploração pecuária extensiva.

Por tudo isto, o processo de modernização da grande propriedade rural foi responsável por liberar mão-de-obra e terras para o processo de produção agropecuário, uma vez que o avanço do progresso técnico proporcionou um incremento na produtividade do trabalho, que refletiu na expansão da produção agropecuária. Por sua vez, o processo de modernização da grande unidade de exploração agrícola aconteceu como se "[...] a mão-de-obra fosse escassa e cara e o capital abundante e barato." (RANGEL, 2005b, p. 101).

Neste sentido, Ignácio Rangel mostrou que a questão agrária nacional não estava presa ao fracionamento da grande propriedade rural, pois a concentração fundiária não era um obstáculo para a expansão da industrialização nacional.⁴ Esta industrialização poderia acontecer mesmo em um ambiente de concentração fundiária, porque a grande unidade de exploração agropecuária tradicional, ao ser penetrada pelas forças produtivas capitalistas, expandiu o produto do trabalho sem demandar maiores áreas agricultáveis.⁵

³ Esse comentário é corroborado pelas observações de Delgado (2005, p. 34) "É importante ter em conta que a chamada 'modernização conservadora' da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária."

⁴ Segundo Paim (1998), "Rangel ficou à margem de toda atividade política. Continuou aprofundando a tese sobre a industrialização sem reforma agrária e sob a égide do Estado." (PAIM, 1998, p. 59). Opinião também expressa por Mamigonian (1998): "Além de elaborar a idéia da desnecessidade de reforma agrária para o avanço da industrialização, idéia de fundamental importância [...]" (MAMIGONIAN, 1998, p. 132).

⁵ Entretanto, é importante registrar que Ignácio Rangel não foi contrário ao fracionamento da grande exploração agrícola, dado que, para

Além disto, o uso de insumos industriais nas unidades de exploração agropecuária retirava da terra aqueles proprietários rurais que não conseguiram modernizar-se, lançando-os como mão-de-obra livre aos mercados de trabalho capitalistas. Desta feita, a força de trabalho e a terra tornaram-se abundantes no país e não criaram obstáculos ao desenvolvimento industrial, uma vez que a agropecuária exerceu suas funções no modelo de substituição de importações.⁶

De acordo Rangel (2000, p. 144), o cerne da questão agrária nacional era decorrente do hiato estrutural determinado pelo descompasso entre a penetração das forças produtivas capitalistas na agropecuária nacional e a absorção dos trabalhadores expulsos por esta modernização agropecuária nos mercados de trabalho capitalistas (urbano e industrial). Como descrito por Ignácio Rangel, a questão agrária é

[...] um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão-de-obra pelo complexo rural ou autarcia familiar e de integração dessa mesma mão-de-obra no quadro da economia social (de mercado ou socialista) – é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como crise agrária.

Desse modo, cada vez mais havia a penetração do progresso técnico nas grandes unidades de exploração agropecuárias nacionais e mais terras eram libertas pelo capital, que, adicionadas às áreas de expansão da fronteira agrícola, ampliaram muito o estoque de terras disponíveis para fins mercantis. Logo, o problema de acesso à terra não era mais jurídico,⁷ mas, sim, econômico.

No dizer de Rangel (2005b, 146),

[...] a questão da terra, no Brasil e no presente estágio do seu desenvolvimento, emergiu essencialmente como uma questão financeira. Por outras palavras, a terra não se redistribuiu, subdivide-se, porque se tornou proibitivamente

o autor, “[...] a realização ou não de uma reforma agrária no País era um problema da correlação de forças políticas que presidiam o nosso desenvolvimento (como ele gostava de dizer), e não uma condição para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira.” (GRAZIANO DA SILVA, 2000 apud RANGEL, 2000).

6 Szmrecsányi e Ramos (2002, p. 233), “[...] um dos pressupostos básicos das políticas agrícolas então em vigor residia justamente na crença de que a estrutura agrária concentrada não representava qualquer empecilho ao aumento da produção e da produtividade setoriais.”

7 Constituição de um arcabouço de leis, normas e instituições fiscalizadoras para o pleno exercício da propriedade privada.

cara, e é não pelos motivos convencionais [...] mas sim pelo que propus que batizássemos de quarta renda, isto é, da expectativa de valorização.

Por tudo isto, o processo de modernização conservadora da agropecuária nacional foi marcado por uma exclusão autoritária das classes sociais do acesso aos mercados de dinheiro, trabalho e terras. No caso específico do mercado de dinheiro, Szmrecsányi e Ramos (2002, p. 245)⁸ argumentam que

[...] o próprio Banco do Brasil, principal agente executor da política em questão, acabou por privilegiar, à luz da lógica bancária adotada, as transações de maior porte, que são feitas, evidentemente, por grandes produtores e/ou intermediários e beneficiadores.

Então, constata-se que aqueles produtores rurais que tiveram acesso ao mercado de dinheiro conseguiram incorporar em suas funções de produção as inovações tecnológicas desenvolvidas, principalmente pelas multinacionais dos setores voltados para a agricultura. Por sua vez, a intervenção do Estado brasileiro no mercado de dinheiro criou as condições objetivas para “[...] uma integração das grandes propriedades rurais com as agroindústrias.” (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1985, p. 53).

Foi neste sentido que se materializou o processo de modernização conservadora na agropecuária nacional, pois estimulou os produtores rurais a demandarem produtos industriais, aglutinando-os aos elos das cadeias produtivas dos vários complexos agroindustriais nacionais. Por tudo isto, aqueles produtores rurais que se integraram às cadeias produtivas dos complexos agroindustriais tiveram condições objetivas para garantir a reprodução ampliada do seu capital e, com isto, se manterem nos mercados agropecuários.

Portanto, é no interior deste novo padrão agrícola, alicerçado nos complexos agroindustriais, que as forças produtivas capitalistas penetraram o espaço econômico do setor agropecuário, transformando-o em capitalista e empresarial. Mas é importante registrar que este processo aconteceu em sua forma parcial porque contemplou somente parte dos produtores agropecuários.

8 A argumentação sobre a concentração do crédito rural nas mãos dos grandes proprietários rurais é encontrada também em Sorj (1980); Sayad (1984) e Leite (2001).

Aquela alíquota de produtores rurais que não conseguiram romper o invólucro da agropecuária tradicional permaneceu como

[...] parte da superpopulação relativa no campo, como membros não-remunerados da força de trabalho familiar nas pequenas explorações ou são lançados nas zonas urbanas ao “rebotinho da sociedade” – o lumpesinato –, constituído pelos trombadinhas, prostitutas, mendigos e ladrões. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 103).

O acesso ao mercado de trabalho não aconteceu de forma democrática entre as classes sociais, pois aqueles produtores rurais que perderam suas terras foram lançados ao meio rural como mão-de-obra livre. Como não conseguiram arrumar nenhum tipo de colocação, isto é, como colonos, agregados e moradores, foram para os principais centros urbanos e industriais do país em busca de novos postos de trabalho. Entretanto, o núcleo capitalista (industrial e urbano), em decorrência das crises econômicas vivenciadas pela economia brasileira, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, não absorveu todo o excedente de trabalhadores expulsos da terra.

A questão agrária tornou-se então mais grave, haja vista que o descompasso entre a expulsão de mão-de-obra livre do setor rural foi mais forte vis-à-vis à absorção destes trabalhadores pelos núcleos capitalistas. Por sua vez, estes estoques de trabalhadores rurais livres tiveram um papel fundamental para o processo de acumulação de capital, principalmente em uma economia crivada pela heterogeneidade estrutural como a brasileira, porque rebaixou mais o poder de compra dos trabalhadores.

Como destacou Oliveira (2003, p. 46), a função desta heterogeneidade estrutural da agropecuária nacional foi fornecer

[...] os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação – determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo de bens e serviços propriamente urbanos; nesses, ponderava fortemente uma estranha forma de ‘economia de subsistência’ urbana [...] tudo forçando

para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais.

Em síntese, o processo de modernização da agricultura reforçou a heterogeneidade da agricultura nacional, pois ampliou os hiatos existentes entre os produtores rurais demandadores de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas e os produtores de subsistência. No caso dos produtores tecnificados, sua articulação aconteceu no interior dos elos das cadeias produtivas dos vários complexos agroindustriais.

Contudo, estes produtores tecnificados tiveram um forte estímulo das políticas agrícolas e tecnológicas proporcionadas pelo Estado para demandarem cada vez mais os produtos das multinacionais, determinando, por conseguinte, a modernização das grandes unidades de exploração agrícola, que aconteceu preservando-se a estrutura fundiária.

4 – OBSERVAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste trabalho foi compreender o termo modernização conservadora e como este foi utilizado pelos analistas brasileiros. Em linhas gerais, o termo modernização conservadora foi elaborado por Moore Junior (1975) para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes.

Não obstante, o elemento que diferencia o processo de modernização conservadora no Brasil vis-à-vis ao caso alemão e japonês deve-se ao fato de que a elite dominante nacional não teve a preocupação em expandir a cidadania para parcelas significativas da população, ao contrário do caso alemão e japonês, que incorporou as classes inferiores à sociedade, como destacou Bendix (1996) em seu trabalho sobre a construção nacional e a cidadania.

Logo, a revolução burguesa que aconteceu no Brasil não teve forças suficientes para romper com o antigo regime e instituir no país um capitalismo democrático como aquele verificado na Inglaterra, na França e nos

Estados Unidos da América. Daí, que foi igual ao que aconteceu na Alemanha e Japão, até porque foi feito sob a ditadura militar.

Entretanto, é importante registrar que, mesmo utilizando um termo cunhado por Barrington Moore Junior para compreender o processo de modernização das sociedades alemã e japonesa, países considerados desenvolvidos desde o fim da II Guerra Mundial, os autores nacionais destacaram como traço marcante no caso brasileiro a preservação, ao longo dos séculos, de uma estrutura fundiária que deitou raízes, predominantemente, nas médias e grandes unidades de exploração agrícolas.

Assim, a estrutura fundiária nacional enraizou-se predominantemente em unidades de explorações agrícolas que se modernizaram seguindo o caminho da via prussiana, isto é, transformando as unidades de exploração agrícola em capitalistas sem que houvesse o fracionamento da estrutura fundiária nacional.

ABSTRACT

The purpose of this research is to understand the term conservative modernization and how it was used by Brazilian analysts. To achieve the goal proposed in the research, were used technical resources of bibliographic search and adopted the descriptive analytical method. The results found show, in general, that the term conservative modernization was elaborated by Barrington Moore Junior to portray the specific case of capitalist development in Germany and Japan, which held bourgeois revolutions from above. Thus, the modernization process of its society was built on a process of industrialization conditioned by the political pact created between the bourgeoisie and the landowners. The national authors did not use the conservative modernization term with all the historical and critical mediation that was intended to, but it had primary importance because showed that there was penetration of the productive forces typically capitalist in the national agriculture. However, these authors drew attention to the fact that the land structure, over the centuries, remained concentrated, especially in large-scale agricultural exploration. So, Alberto Passos Guimarães and the other authors emphasized that the

similarity in the process of conservative modernization occurred in Germany, Japan and Brazil was due to the maintenance of land structure rooted in the vast agricultural exploration.

KEY WORDS:

Conservative Modernization. Land Structure. Rural Development.

REFERÊNCIAS

AZEVÊDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: Editora EDUSP, 1996. (Coleção Clássicos, 5).

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil: 1950-2003. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JÚNIOR, O. (Org.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: INCRA, 2005.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998a. V. 1. _____ . 13. ed. São Paulo: Globo, 1998b. V. 2.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

_____. As mudanças sociais no Brasil. In: IANI, O. (Org). **Florestan Fernandes**. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Sociologia).

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 5. ed. Rio

de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII:** elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: HUCITEC, 2001.

_____. **Formação econômica do Brasil.** 23. ed. São Paulo: Nacional, 1989.

GOODMAN, D. E.; SORJ, B.; WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 4, out./dez. 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____. **O que é a questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil:** uma introdução à obra de Ignácio Rangel. In: RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

GUEDES, L. C. A. **Condicionantes da distribuição de renda na agricultura de Goiás em 1980.** 1992. f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

_____. **A crise agrária.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Quatro séculos de latifúndio.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Estudos Brasileiros, v. 24).

HOFFMANN, R. **Distribuição da posse da terra no**

Brasil e nas unidades da Federação conforme condição do produtor, 1970 a 1995/96: texto de discussão. Campinas: Unicamp, 2000. 73 p. Mimeografado.

_____. Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: RAMOS, P. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro:** políticas, instituições e perspectivas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

HOFFMANN, R.; GRAZIANO DA SILVA, J. O censo agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1999. 1 CD-ROM.

KAGEYAMA, A. A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 5-16, 1994.

LEITE, S. P. (Org.). **Políticas públicas e a agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

LEITE, S. P. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. **O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907.** Goiânia: Alternativa, 2002.

LESSA, C.; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil:** ensaios sobre a crise. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1998. V. 1.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel.** São Paulo: Editora 34, 1998.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3, p. 3-44, jun. 1990.

- MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.
- MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MUELLER, C. C. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no centro-oeste. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3, p. 45-74, jun. 1990.
- O'CONNOR, J. **USA**: a crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSORIO SILVA, L. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.
- PAIM, G. Ignácio Rangel: um intérprete original da realidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- PIRES, M. J. S. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro-Sul de Goiás**. 2008. 134 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- _____. **Transportes e desenvolvimento agrícola no Centro-Oeste**. 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- _____. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- RAMOS, P. Agricultura e (SUB) desenvolvimento: aspectos teóricos e elementos para uma reinterpretação do caso brasileiro. **Reforma Agrária**, São Paulo, p. 77-96, 12 dez. 1998.
- _____. **Agroindústria canvieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira. In: RAMOS FILHO, L. O.; ALY JÚNIOR, O. (Org.). **Questão agrária no Brasil**: perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo: INCRA, 2005. V. 1. p. 87-128.
- _____. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.
- RAMOS, P. et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.
- RANGEL, I. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. V. 1.
- _____. _____. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. V. 2.
- _____. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- REYDON, B. P. **Mercados de terras agrícolas e determinantes de seu preço no Brasil**. 1992. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- _____. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil. In: SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**: avaliação das críticas e das propostas da reforma. São

Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984.

SAYAD, J. **Crédito rural no Brasil**: avaliação das críticas e das propostas da reforma. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1984.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SZMRECSÁNYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: BORIS, F. (Org.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986. Tomo 3. (História Geral da Civilização Brasileira, v. 4).

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. **História econômica do Brasil contemporâneo**. São Paulo: EDUSP, 2002.

TAVARES, M. C. **(Des) ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WERNER, B. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

Recebido para publicação em: 22.07.2008